



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



CURSO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATOES, QUESTOES E CENÁRIOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA GUINEENSE ¹.

Danildo Biaguê

danildobiague11@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar aspectos levantados na literatura sobre o processo de transição política para a democracia na Guiné-Bissau. Tal processo foi inaugurado em 1990, mas só culminou com a realização das primeiras eleições em 1994, depois de dezoito anos dum regime de partido único no poder (1974-1994). Quanto a delimitação, nosso interesse é compreender contexto, atores, cenários e questões que emergiram no processo de transição democrática guineense. Tendo por base a pesquisa qualitativa, como método de investigação sociológica, os dados foram coletados em revistas científicas, teses, dissertações, monografias, artigos e documentos, que servirão de base à análise. O argumento central defendido é que a transição política possibilitou a emergência de normas constitucionais formais da democracia representativa liberal para o exercício de poder político, mas não gerou condições sociais para que os cidadãos guineenses pudessem participar na tomada de decisões do governo. Nessa visão minimalista da democracia o poder tem sido concentrado nas elites, ignorando a capacidade de sujeitos coletivos e da sociedade civil de participarem no exercício de poder. Defendemos também que a incorporação da ideia de participação de sujeitos coletivos no governo aperfeiçoaria a própria democracia além de um simples ato de votar. A ausência da dimensão social da democracia participativa levou os principais atores políticos guineenses a reduzirem a democracia ao comportamento eleitoral, fruto de cálculo de atores políticos que lutam no mercado de voto através de eleições de representantes para o governo.

Palavras-chave: Transição; autoritarismo; democracia; atores; cenários; questões.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso TCC apresentado pelo estudante Danildo Biaguê, ao Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor: Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

Introdução

O presente trabalho visa compreender o processo de transição do regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau, segundo trabalhos bibliográficos de autores que debruçaram sobre a temática. O artigo problematiza e transforma em objeto de estudo as razões que teriam motivado a democratização de Guiné-Bissau em que o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) se definia como a única força política e dirigente do Estado e da sociedade civil. Não seria de esperar que o partido único PAIGC recusasse abertura política frente a presença de adversários políticos que disputavam o poder, cada qual com visões distintas da sociedade e do Estado? É a partir de dessa questão central que se procurou desenvolver o estudo e conduzir a pesquisa, focando o caso guineense.

O trabalho é composto essencialmente em duas partes. Em um primeiro momento é problematizado o objeto de pesquisa, considerando alguns dados históricos e geográficos do país e da transição política e os teóricos que debruçaram sobre o tema na literatura. Num segundo momento, analisou-se tais reflexões focando as categorias que servirão de base para a nossa análise, quais sejam: os principais atores da transição, questões e cenários que emergiram e mais as considerações finais à resposta à questão central que norteou esse estudo.

O problema de pesquisa e a metodologia

À semelhança de outros países ex-colônias de Portugal em África, Guiné-Bissau iniciou seu processo de transição para a democracia com o fim da Guerra Fria e queda do Muro de Berlim, derrubado em 1989, denominado por Samuel Huntington (1994) de “terceira onda da democratização” que teve início nos países do Sul da Europa, mais tarde abrangendo os países da América do Sul e finalmente em África.

No caso da Guiné-Bissau, apesar de realizações de suas primeiras eleições gerais em 1994, houve recuos, o que resultou no fato de que nenhum presidente ou governo democraticamente eleito conseguiu terminar o seu mandato constitucionalmente assegurado devido aos sucessivos conflitos internos e golpes de Estado. A questão que se coloca é: se a democracia pressupõe, teoricamente, a resolução de conflitos e o exercício de poder da governação através do sufrágio universal e respeito às regras do jogo democrático, por que a transição política de regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau não possibilitou condições para que os representantes eleitos terminassem seus mandatos, no quadro da

democracia representativa? A esta questão, coloca-se outras: Se a democracia pressupõe resolução pacífica de conflitos em sociedade, indagamos as razões da instabilidade democrática guineenses desde que o país adotou a democracia como forma de governo? Quais são a natureza dos conflitos? Que questões se colocam para a consolidação da democracia?

A escolha de tema se justificou por motivações pessoais e curiosidades em relação à transição à democracia no meu país, Guiné-Bissau, tendo em conta os sucessivos problemas políticos e conflitos internos, num quadro econômico e social conturbado. Mais tarde, tal curiosidade ganhou substância teórica e conceitual durante o cumprimento de créditos no curso de terminalidade em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, de forma mais sistemática e elaborada. Outra motivação deveu-se a pouca presença de estudos de transição política na Unilab, no âmbito da Sociologia, em específico, e na área de Ciências Sociais em África, em geral. Por essa razão a realização desse estudo poderá abrir espaço para a realização de novas reflexões e questionamentos sobre as vicissitudes que envolve qualquer processo de transição ou transformação de um regime político para outro modelo de sociedade, de Estado e do sistema político em geral.

O procedimento metodológico envolveu a pesquisa bibliográfica como técnica para os levantamentos de informações que foram transformados em dados para análises. Fizemos levantamento de informações na Revista de Estudos Guineenses (SORONDA), a análise da bibliografia internacional, incluindo a brasileira sobre o processo de transição política analisando-as a partir do contexto guineense. Isso nos possibilitou apontar o contexto, identificar os principais autores, questões e cenários que estiveram na base da transição guineense para a democracia.

A contextualização de Guiné-Bissau

Para compreender os fatores que estiveram na base da democratização é pertinente fazer uma breve contextualização histórica sobre a formação social e política do país. A República da Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental da África, faz fronteira ao Norte com o Senegal e ao Sudeste com a Guiné-Conacri, duas ex-colônias de França em África. O país possui uma extensão territorial de 36.125 km² para uma população estimada em 1.530.673 (INEC, 2015). Guiné-Bissau tem uma longa história com Cabo Verde, que também foi colônia portuguesa, marcados pelo comércio triangular de pessoas entre África- Europa-América, quando Portugal passou a dedicar-se com afinco a conquista territorial nos “territórios

ultramarinos”. Guiné-Bissau dependia administrativamente de Cabo Verde, no quadro da navegação e colonização transatlântica (MOEMA, 2007).

Em março de 1879, a Guiné-Bissau foi separada de Cabo Verde e recebeu o nome colonial de “Guiné-Portuguesa, mas a colonização efetiva do território só ocorreu no final do Séc. XX, em decorrência das resistências dos grupos étnicos”. No caso de Guiné-Bissau, as resistências dos grupos étnicos surgiram como formas de oposição contra os imperialista e colonialista do regime portugueses. As resistências foram relativamente dispersas, mas permanentes, moldadas pelas reações individuais e de grupos étnicos e sociais, que gravitavam de revolta aberta à insubmissão da população ao pagamento do imposto de palhota². O Estado colonial precisava provar sua presença na Guiné-Bissau, por meio de uma ocupação efetiva, militar e autoritária, resultando numa guerra de pacificação contra as resistências dos grupos étnicos, opositores ao domínio colonial português, na atual Guiné-Bissau.

Durante as campanhas de pacificação, realizadas no continente e nas ilhas, houve um grande número de cabo-verdianos envolvidos, vistos como intermediários, do então regime colonial, ou chefes de postos, principalmente nas feitorias, nome dados a entrepostos comerciais na sociedade colonial. Só em 1936 que a ilha e o continente foram efetivamente ocupadas pelas forças portuguesas em território guineense. Mesmo com a ocupação da parte insular e continental, as resistências locais não cessaram. Uma força colonial instala no país, constituindo-se oficialmente em colônia de Portugal, que passou assim a cumprir com as exigências da Conferência de Berlim, realizado de 15 de novembro 1884 a 26 de fevereiro de 1885, no quadro da partição e de ocupação efetiva pelos países europeus do Continente.

A luta de libertação e a independência

A presença do regime colonial gerava cada vez mais insatisfação contra o regime colonial português. O massacre de Pindjiquiti, em 03 agosto de 1959, contra os trabalhadores de cais de Bissau que exigiam melhores condições de trabalho e de salário, possibilitou a tomada de consciência pela necessidade de luta de libertação pela independência nacional.

² Imposto de palhota era cobrado de todos os proprietários urbanos de palhoças, quer em dinheiro, quer em produto de exportação; imposto braçal, cobrado na produção agrícola na zona rural; imposto de extração de vinha de palma; imposto de captação, cobrada por cabeça de trabalhadores de baixa renda; imposto de covato e, por último, o imposto de domicílio, aplicado aos profissionais liberais (ESPINOSA, 1992, Apud TEIXEIRA, 2015).

No dia 23 de janeiro de 1963, depois de muitos anos de preparação e conscientização da população local, sobretudo no interior do país, iniciou-se a luta de libertação para a independência nacional da Guiné e de Cabo Verde, dois países com uma longa história colonial distinta e comum de relacionamento.

Em 24 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência, reconhecida um ano depois (1974) por Portugal, na sequência da Revolução dos Cravos contra a ditadura instalada em Portugal. Vale salientar que essa revolução se deveu a insatisfação de tenentes com a derrota em África, particularmente na Guiné-Bissau, que foi uma das primeiras das ex-colônias portuguesa em África a alcançar a independência nacional.

Depois da independência, o país enfrentou muitos problemas internos que culminaram com a separação com Cabo Verde e a deposição do primeiro presidente, de origem cabo-verdiana, Luís Cabral, através de um golpe de estado, em 14 de novembro de 1980. São vários os motivos que estiveram na origem do golpe de estado³. João Bernardo Vieira, autor do golpe, foi um dos principais protagonistas e dirigentes do processo revolucionário, encabeçado pelo PAIGC contra o jugo colonial. O denominado “Movimento Reajustador” assume o poder e nomeia João Bernardo Vieira presidente da República, tendo como primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, do mesmo partido.

A democracia

Com a liberalização econômica, nos anos 1990, o país conheceu a abertura política em 1991 e a realizou suas primeiras eleições multipartidárias em 1994. O processo de liberação foi uma exigência das agências internacionais da ONU, sob a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), com condição para a renegociação de dívidas e concessão de novos créditos ao novo regime instalado. De acordo com o Choussudovski (apud Teixeira, 2012) o lema de livre mercado e realização de eleições periódicas no Continente fazia parte das condicionalidades imposta por instituições internacionais. (Teixeira, 2012, p.31).

³ As razões que estiveram na origem deste golpe de Estado ficaram bem explícitas, [...] os Guineenses sempre contestaram a liderança dos mestiços Cabo-verdianos, nas estruturas do PAIGC; outra causa também apontada foi à crise econômica que o país enfrentou com a governação de Luís Cabral; a terceira causa apontada foi à insatisfação de Nino Vieira, autor do golpe, com a revisão constitucional de 1980 que restringia atribuições do cargo de primeiro ministro, do qual ele desempenhava na estrutura do partido (TAVARES, 2011, p. 9).

Situações estas que influenciaram abolição do artigo 4º da Constituição que instituía o seguinte, em que o poder era exercido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em estreita colaboração com as organizações de trabalhadoras, das quais faziam parte as organizações juvenis, de mulheres e de crianças. O processo da construção da democracia continua colocando desafios devidos sucessivos golpes de Estado e conflitos internos.

Contexto da transição política

Entre os finais do século XIX e princípios do século XX foram períodos marcados por grandes acontecimentos mundiais, como a queda do Muro do Berlim e o desmoronamento da antiga URSS, no contexto internacional da Guerra Fria, cujas consequências tiveram efeitos significativos no mundo, como fim da Segunda Guerra Mundial. Foram dois episódios que mexeram intensamente com as estruturas políticas, sociais e econômicas de todos os países do mundo, com incidência maior nos países do Leste Europeu e da África.

Esses acontecimentos, que opunha ideologias capitalistas e socialistas, entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, ganharam novos contornos, nos finais da década de 1970 e princípios da década de 1980, devido as grandes transformações que conduziram os processos de transição de regimes autoritários para democracia na Europa do Leste, na América Latina e mais tarde, em África.

No campo teórico, colocou em debate o alcance os sentidos que tais mudanças vinham assumindo. Huntington (1994) utiliza o conceito de “terceira onda de democratização”, como resulta do processo de democratização que teve lugar entre os anos de 1974 e 1990, com a crise do “Socialismo Real”, no Leste Europeu.

Para Cardoso (1996), a liberalização para a democracia possibilitou a consolidação da ideologia liberal, incentivada pelos organismos internacionais, abrangendo países africanos, como Guiné-Bissau, num contexto da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que definiu os direitos humanos básicos, incluindo o direito de voto, em que todos os cidadãos participam na escolha dos seus representantes, através do sufrágio universal.

No caso de Guiné-Bissau o poder da governação através de voto, teve início com a liberalização do mercado nacional ao capital internacional, anos 1983, em decorrência do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), proposto pelo FMI e BM, como garantia para a “estabilização macroeconómica” e redução da inflação. Não obstante, apesar da liberalização

do mercado nacional ao capital externo, a política de estabilização, que passou por diferentes fases.

A primeira fase durou três anos, de 1985 a 1986, com a concessão de mais de 600 milhões de dólares ao Estado Guineense. A segunda fase, abrange os anos de 1987 a 1988, com o aumento da dívida interna, na ordem de mais de 850 milhões. A terceira fase e última, de 1989 a 1990, os créditos aumentaram na ordem de 900 milhões (MENDY, 1996, p. 34).

É nesse contexto, como já dissemos, que o país entrou na democracia e realizou suas primeiras eleições em 1994, em dois turnos, em que se elegeu presidente João Bernardo Vieira, candidato do PAIGC, com 64,2% dos votos. Koumba Yala, candidato do PRS, oposição, ficou na segunda colocação, com 31% dos votos⁴, em um universo de treze partidos concorrentes.

João Bernardo Vieira, eleito em 1994, foi deposto por um novo golpe de Estado, liderado por Ansumane Mane, em 1998. O Ansumane Mané, líder da Junta Militar e velho combatente do PAIGC. pede a renúncia do presidente Vieira. Este renunciou e pediu asilo político a Portugal. Malam Bacai Sanhá, que exercia o cargo de presidente da Assembleia Nacional Popular, assumiu presidente interino, até as novas eleições gerais de 1999.

Debate teórico sobre a transição política

Segundo Fafali Koudawo (2001. p.134), as causas da instabilidade democrática guineense estaria relacionadas às duas contradições: (1) afirmação de bonapartismo presidencial de Vieira e (2) crise econômica dos anos 1990, com fortes repercussões no campo social. No que tange a fatores externos, já mencionados, Koudawo cita a conjuntura internacional atrelada à dependência do país às políticas globais de cooperação para o desenvolvimento. Segundo ele,

As mudanças ocorridas no plano internacional, a partir dos fins dos anos 1980, tiveram uma influência determinante sobre a evolução da crise do estado descrito. Elas foram poderosas catalisadoras da evolução da Guiné-Bissau em direção ao pluralismo político, uma vez que o país é extremamente dependente da assistência estrangeira e os dirigentes foram

⁴ Nessa eleição, concorreram treze (13) partidos políticos, quais sejam, Fórum Cívico Guineense Social Democracia (FGC/SD), Frente Democrática (FD), Frente Democrática Social (FDS), Frente da Luta Pela Independência Nacional da Guiné (FLING), Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE), Movimento de Unidade para a Democracia (MUDe), Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido Democrático do Progresso (PDP), Partido para Renovação e Desenvolvimento (PRD), Partido da Renovação Social (PRS), Partido Único Social Democrata (PUSD), Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB-MB) e o PAIGC, eleito com 37% (Mendy, 1996, p.60. Tavares, 2011, p.22).

tanto mais sensíveis, senão vulneráveis, aos condicionalismos democráticos surgidos no início dos anos 1990 (Koudawo, 2001, p.134).

Para O'Donnell, et al, (1988), citado por Teixeira (2015, p.68) a transição do regime autoritário não se limita a uma questão de subdesenvolvimento econômica ou da complexidade “societal”, mas são moldadas segundo suas características próprias. Nesse sentido Teixeira (2015, p.68) argumenta que o processo de democratização em Guiné-Bissau, por exemplo, não decorreria apenas de seus níveis de desenvolvimento econômica, considerado insipiente por Koudawo, cumprimento de regras de jogo, liderança política forte, aliança interpartidárias e alternâncias de legislaturas, mas também da organização e de pressão política dos movimentos sociais, consciente de seus objetivos políticos e capazes de realizá-los através de ação coletivas e lutas, em todos os seus aspectos e dinâmicas.

Raul Fernandes (1994) utiliza o conceito de burguesia comercial para evidenciar a continuidade do regime autoritário no processo de transição para a democracia na Guiné-Bissau. Em sua visão,

A transição democrática [na Guiné-Bissau] foi uma representação política de um processo social de transformação da classe democrática numa burguesia comercial e fundaria com uma consequente reposição do papel do estado “nacional” no contexto das relações de forças internacionais, e uma atomização das classes populares, através da multiplicação dos sindicatos, partidos e ONGs. (FERNANDES apud CARDOSO, 2007).

De uma maneira geral, o debate sobre o processo de transição leva em considerações essas três dimensões: liberalização do regime – consiste no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos; a transição – diz respeito o reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos de participarem na construção coletiva da democracia; e a democratização – consiste na limitação do poder do Estado e na afirmação da cidadania e da participação política. No caso guineense, não houve o cumprimento das três fases. O respeito pelos direitos fundamentais em que todos os cidadãos participem da vida política e o reconhecimento de tais direitos por parte do governo, ou através de seus representantes, continua frágeis devido a centralidade da política nos partidos e a concentração de poder nas elites, excluído a participação da sociedade civil de participarem diretamente nos assuntos de interesse nacional.

Os atores de transição política

Em seu livro “Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal”, Fafali Koudawo (2001) apontou duplo caráter da transição guineense marcado. Num primeiro momento, a transição ficou marcada pelas contradições em torno do

projeto do Estado binacional do PAIGC, que criou o desejo da unidade por um curto período de tempo, porém, mal aceite pelas populações dos dois países, cabo-verdianos e guineenses. Em um segundo momento, a transição se deu a partir da passagem da teoria revolucionária do Estado ao Estado liberal, no campo econômico, contra a lógica de partido único. Porém, os valores como a defesa da liberdade individual, no campo político, social, cultural, contra as ingerências autoritárias, não foram superadas.

Em outros termos, o PAIGC, mesmo fora do contexto autoritário de partido único com a emergência da democracia, assume-se ator principal do processo de transição, deixando claro as suas dificuldades em adaptar-se aos novos desafios políticos e sociais. As contradições internas no partido se agravaram com o surgimento do Movimento Carta 121, redigida pelos militantes do partido exigindo a democratização interna do PAIGC. Segundo Cardoso (1996),

Continuava a existir uma luta entre o velho e o novo, entre o autoritarismo e a democracia. A resistência ao pluralismo de ideias conduziu ao aparecimento de dissidentes, no seio do partido, que, ao mesmo tempo que manifestavam suas fidelidades ao PAIGC, reivindicavam a democratização interna, exigindo o diálogo com as formações políticas de oposição e definição de uma linha clara que permitisse a restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes do partido [...] No campo jurídico, apesar de aprovação de algumas leis, não houve avanços significativos que pudesse permitir o processo de reforma e realização das primeiras eleições, que, apesar de consideradas livres e justas, foram insuficientes (CARDOSO, 1996, p.27).

O PAIGC, nesse sentido, “saiu do sistema do partido único para entrar no sistema de único de partido”, como afirma Koudawo (2001). Ou seja, houve uma abertura política controlada pelo regime, de cima para baixo, sem a democratização interna dos principais atores de transição política. As transições do estado binacional para o estado revolucionário, não gerou a descentralização do sistema político, centrado na figura do presidente João Bernardo Vieira (Tavares, 2011. p.17).

A “política da unanimidade” possibilitou a emergência de novos atores políticos. Para Cardoso (1996) foi no seio da classe burocrática que nasceu o núcleo duro da oposição, constituído por quadros técnicos, pequena burguesia e assalariados, dos quais faziam parte o Partido da Convergência Democrática (PCD); a Frente Democrática Social (FDS); o Movimento Bafatá (MB), com forte enraizamento social, aglutinando uma parte considerável da camada camponesa e servidores públicos liberais.

Outro ator político, com grande expressão histórica, é a Frente de Luta para Independência Nacional da Guiné (FLING), que foi adversário do PAIGC na luta pela

libertação nacional da Guiné-Bissau. A FLING gozava de um amplo apoio na região fronteira com o Senegal; o Partido da Renovação Social (PRS), atualmente a segunda maior força política em cuja base eleitoral congregava eleitorado dos bairros periféricos da capital e das regiões Sul e Norte do país. Todos os partidos, com exceção de Movimento Bafatá, que possuía uma base progressista cristã, identificavam-se com partidos liberais de tendência socialdemocratas. Todavia, poucos tinham uma ideologia política clara, liberal ou progressista. A questão do enraizamento dos partidos é outra questão apontada como um dos grandes desafios da transição política do regime autoritário para a democracia. Poucos se identificaram com o campo, onde se encontrava grosso dos eleitorados. Carlos Cardoso (1996) aponta a questão da fragmentação partidária guineense, em cujas implicações para oposição revelaram falta de maturidade, a ausência de uma tradição política (no período pós-independência), impediram que houvessem grupos politicamente organizados fora do controle do antigo regime do PAIGC.

A fragmentação partidária, que caracterizou o período de transição, pode ser percebida como distanciamento dos partidos com nas relações com a sociedade civil, gerada pela elitização do espaço político. Para Nkrumah (2016), a elite africana é grande inimigo interno por se tratar duma classe dos exploradores e de colaboradores neocolonialistas, dos quais depende para a manutenção de suas posições de classe privilegiada.

Os partidos africanos, dirigidos por uma elite nativa africana, são instrumentos do neocolonialismo. A sua posição foi reforçada após a independência. De acordo com Nkrumah (2016), foi nesse contexto que surgiram os “novos ricos do partido”. Os novos ricos do partido se desenvolveram no seio do próprio partido que lutou pela independência política ao colonialismo. Após a independência, as tendências de esquerda e de direita entraram em conflito devido o enriquecimento pessoal. Serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregar ao nepotismo e à corrupção. Com a democratização, esse quadro não se alterou substancialmente, no que tange a ideologia posta ao em favor da população (NKRUMAH, 2016, p.52). Ou ainda, como afirma Johannes Augel,

Apesar de a linguagem oficial ter preconizado um estado voltado às necessidades da maioria da população, a ação concreta do estado guineense, desde a independência, tem resultado mais no privilegiamento de uma elite do que no desenvolvimento geral da sociedade, igualdade dos cidadãos e acesso à justiça social (JOHANNES, 1996, p.139).

Por isso, a sociedade reclama uma nova ordem social para possibilitar a sua renovação no sentido de maior responsabilização coletiva e individual. Para tal, é fundamental que haja integração dos grupos historicamente marginalizados nos acessos aos bens socioculturais.

Concordando com Teixeira (2015), na Guiné-Bissau, consolidar e ampliar o processo de renovação democrática, a partir das organizações populares, impõe o acesso à educação pública como base para os avanços no seio da sociedade civil. Isso porque, apesar do avanço da democracia formal e seu reconhecimento internacional, da liberdade de expressão e multipartidarismo, jamais um governo e presidente de república democraticamente eleito, via eleição direta, conseguiu terminar seu mandato constitucional devido sucessivos golpes de Estado.

De uma maneira geral, a transição para a democracia teve como objetivos, de modo geral, são, teoricamente: 1) garantir o equilíbrio orçamentário a partir da redução de gastos públicos, 2) promover a abertura comercial através da redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não - tarifárias, 3) a liberalização financeira, por meio da formulação das normas que restringem a entrada de capital estrangeiro, 4) a desregulamentação de mercados nacionais pela eliminação de instrumentos legais de intervenção do Estado na economia, 5) a privatização das empresas nacionais e dos serviços públicos (DINIZ, 1996; LOPES, 1997). São fatores que possibilitaram a transição do regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau.

Questões e cenários da transição política para democracia

Durante a transição para a democracia, houve disputas internas, misturadas com acusações de tentativas de golpe de Estado. Houve acusações de centralismo,

As lutas de facções no seio do partido-estado e das forças armadas confirmaram a geral tensão política durante a segunda metade dos anos oitenta, com periódicas acusações de tentativas de golpe de estado. Em maio de 1987, por exemplo, rumores de uma tentativa de golpe levaram à suspensão do vice-presidente e ministro das forças armadas, Iafai Camará, o qual, após uma semana de arresto domiciliário, foi autorizado a reassumir as suas funções no governo. ((Mendy, 1996, p.33).

Iafai Camará foi um alto dirigente do PAIGC. Vice-chefe de Estado Maior, em 1982; depois ministro da defesa em 1984 e segundo Vice-presidente do Conselho de Estado entre 1987-1989 e, finalmente, exerceu o cargo de vice-presidente da República em 1989. A política de golpe, mesmo na democracia, fazia-se presente, na Guiné-Bissau, como foi o caso de assassinato de Major Robalo de Pina⁵, então assessor de presidente João Bernardo Vieira, do PAIGC.

⁵ Com efeito, em 17 de Março de 1993, a morte de um oficial das Forças Armadas – Major Robaldo de Pina, durante um incidente violento num quartel de Bissau veio romper a fase de acalmia que conhecia a transição desde Agosto de 1992. Quer fosse uma manipulação política, um ajuste de contas num caso de tráficos inconfessáveis, uma tentativa de golpe de Estado, como foi pretendido, ou um simples incidente de

Para Nkrumah (2016), os golpes de Estado são parte integrante da luta de classes e do conflito que opõe o capitalismo e socialismo, participação e representação. É nesse sentido, também, que a democracia entra como resultado dessa tensão. Na teoria elitista da democracia, a relação e ação política dos indivíduos são tratadas em conexão direta com a eleição de líderes, conferindo pouca atenção a organização coletiva e disputa de interesses, via formação de grupos, entidades, organizações, sindicatos e organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Segundo Teixeira (2015), a teoria elitista da democracia defende uma participação política moderada dos movimentos sociais para o funcionamento equilibrado do estado democrático. Como afirma Vico Dênis Sousa de Melo (2016),

O Estado, para os teóricos tradicionais, é uma hubris do ponto zero, tendo alcançado o status metafísico de divindade, observando e ordenando a todos que estão abaixo de si e situando-se acima do “bem e do mal” [...] o colonialismo foi responsável pela destruição e apagamento dos diferentes modelos de organização social não ocidental, assim como pela imposição de estruturas políticas e sociais exteriores as realidades locais das ex-colônias. Não há como desvencilhar a violência colonial com suas dinâmicas hierárquicas de centro-periferia, da análise sobre a concepção do Estado, principalmente quando se tenta analisar as relações políticas, econômicas e culturais entre Estados periféricos (MELO, 2016. p.144).

Além da violência colonial, há autores que apontam a questão da ideologia. Sebastião André Alves de Lima (2008, p.383), argumenta que a luta do universalismo europeu é a luta ideológica do mundo contemporâneo, em escala global. Immanuel Wallerstein (2007) questiona o universalismo europeu, perversa, da ordem mundial. É nessa ótica que se coloca a importância da construção da democracia participativa, baseada na realidade social, histórica de cada país.

Outra questão presente na transição política para a democracia na Guiné-Bissau tem a ver com a questão da identidade dos grupos étnicos e sua relação com a democracia. Mamadú Jao (1996) estabelece uma relação entre a democracia e poder tradicional na luta pelo poder e permanência no Estado. O autor chama atenção da contradição entre cidade e campo, entre poder político e poder tradicional, bem como, adoção de critérios étnicos na atribuição de funções administrativas no Estado, tanto nas oito regiões do país, como no Setor autônomo de Bissau, nos sectores e secções. Na região de Cacheu, por exemplo, povoado por Mancanhas e Manjacos, todos os responsáveis políticos eleitos pertencem às mesmas etnias.

consequências imprevisíveis, o incidente do 17 de Março, envolveu a morte de um dos homens de confiança do presidente da república, João Bernardo Vieira, provocou o regresso da críspação e da desconfiança entre o partido no poder e a oposição. A prisão de um dos dirigentes da oposição, sob a acusação de conspiração, instalou dúvidas sobre o desfecho do processo de liberalização política (Koudawo, 2001, p.138).

Há que considerar, ainda, questões sobre os impactos sociais, políticos, do programa neoliberal de ajustamento estrutural, que refletiu negativamente nas condições de vida dos guineenses, sobretudo no que se refere ao modelo de desenvolvimento. Para Cardoso (1996), a Guiné-Bissau optou-se, após a independência, por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no socialismo, embora formalmente PAIGC nunca se definiu enquanto tal.

O programa de ajuste estrutural contribuiu para agravar a desigualdade e a pobreza com a implementação de medidas de liberalização de mercado nacional ao capital internacional. Em geral, tais medidas implicaram no aparecimento de uma classe de empresários, também conhecidos por ponteiros, que foram altamente beneficiados com primeiros créditos concedidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. A política de privatização e de liberalização de mercado acabou por gerar conflitos entre as elites, que se desenvolveram no seio do próprio partido PAIGC, o mesmo que lutou pela independência contra a dominação colonial, mas acabou por reproduzir e ampliar as heranças negativas herdadas do colonialismo.

Esses dirigentes serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregar ao nepotismo e à corrupção, o que resultou na degradação progressiva de condições de vida de diversas camadas sociais, sobretudo grupos marginalizados no acesso aos bens socioculturais, com a diminuição drástica do compra e desvalorização salarial dos trabalhadores. Assistiu-se a demissão generalizada dos funcionários públicos, no quadro de ajustamento estrutural (CARDOSO, 1996. p.22).

No plano político, o Programa de Ajustamento Estrutural provocou uma liberalização da vida política, impulsionada por dois fatores contraditórios, consolidação da pequena burguesia, restrição do espaço político e o reforço da política econômica herdada do regime anterior do partido único, mesmo no quadro da democracia.

Outro elemento apontado por Cardoso (1996) é a dificuldade do reconhecimento do multipartidarismo pelo regime do PAIGC. O Estado é visto como devorador de recursos. Segundo Johannes Augel (1996, p.109), o estado da Guiné-Bissau é caracterizado por um distanciamento entre cidadãos e as elites governamentais, pela dificuldade da sociedade civil de penetrar-se nas estruturas burocráticas. Concluindo, Johannes (1996) afirma que não é

preciso nenhuma “teoria de conspiração dos ricos contra os pobres” para explicar como as despesas estatais põem o pobre em posição de desvantagem em relação aos ricos⁶.

Tudo isso mostra o centralidade do partido, na distribuição de recursos, exclusivo aos dirigentes ou certos grupos privilegiados da sociedade. Na Guiné-Bissau, o pressuposto da “legitimidade histórica”, dada pela luta armada e a centralização política que o PAIGC assumiu nesse processo é o maior desafio nas relações entre a sociedade civil e o Estado (CNE). A presença desse partido político na sociedade civil, ocupando papéis ou posições políticas socialmente definidas, independentemente da orientação de outras forças sociais e/ou políticas, aparecem na maioria das explicações dos dirigentes. Assim, embora se perceba a proliferação de novas forças políticas de oposição na disputa eleitoral democrática, a vulnerabilidade, a desorganização e a incapacidade da oposição em apresentar alternativas que afetem as bases do sistema partidário que coloca o PAIGC como expressão abrangente da sociedade civil e do funcionamento do Estado na Guiné-Bissau, no contexto da democratização (TEIXEIRA, 2015).

Duma maneira geral, com base no exposto, pode-se dizer que a transição política na Guiné-Bissau se deu a partir de conflitos internos, concentração de poder no partido que exerce a governação através do sufrágio universal. Não obstante, apesar das realizações de eleições, não houve a incorporação das condições sociais, econômicas e culturais que permitissem o exercício livre da sociedade civil e dos movimentos sociais na proposta de democratização. Ou seja, embora teoricamente se instituiu a democracia, ela contrasta com o modelo democrático guineense em que o poder é controlado por um partido, excluindo a possibilidade de participação de todos os cidadãos na tomada de decisões no governo.

Considerações finais

O trabalho abordou a transição política na Guiné-Bissau, levando em conta o contexto, autores e cenários que possibilitaram o processo da democratização em curso. Iniciou-se o

⁶ Os bens são destinados de antemão a certos grupos da sociedade, p. ex., dentro da política habitacional. Fatores de exclusão e também a distância localização, o limite de capacidade de instalações infra - estruturais, o tempo necessário para o usufruto de certos bens coletivos como teatros, parques, praias, etc. Como os bens privados, materiais e imateriais, são distribuídos de forma desigual e como a relação entre os componentes privados e os públicos varia muito de um bem para o outro, varia também fortemente, conforme a distribuição social da riqueza, o uso daquilo que, em princípio, seria para todos (JOHANNES, 1996, p.116).

estudo com a definição de problema de pesquisa em função dos objetivos e a metodologia qualitativa com técnica para as reflexões teóricas sobre a transição para a democracia. Mas como qualquer análise de transição situa-se dentro de um contexto, apresentamos o contexto histórico e geográfica de Guiné-Bissau, quadro de debate teórico sobre a transição, tendo por base o contexto guineense, privilegiando, como categorias, atores da transição, questões que emergiram e o cenário dos desafios da democratização, caracterizadas por sucessivos golpes de estados e conflitos internos, num contexto mais amplo da democracia liberal capitalista.

O argumento defendido é que a democracia representativa, como regime político, formalmente possibilitou todos os cidadãos participarem através de representantes eleitos, via realização de eleições periódicas, exercendo o poder de participação através de sufrágio universal. Todavia, apesar de realização de eleições, nenhum governo democraticamente eleito ou presidente de república conseguiu terminar seu mandato constitucional devido sucessivos golpes de Estrados e disputas pelo controle de poder. Argumentamos que embora teoricamente as regras do jogo democrático forem adotadas, no que tange eleições, as dimensões sociais e culturais da democracia não foram incorporadas por parte de principais atores políticos que permitissem a participação direta dos cidadãos na definição de assuntos de interesse nacional, ficando tais funções sob atribuição de partidos políticos e suas lideranças, longe de qualquer controle social da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

AUGEL, Johannes. Democratização e a formação da elite. In: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Coleção Kacu Martel, nº10. Bissau: INEP, 1996, p. 139-152.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau; rio de janeiro: garamond, 2007.

CARSOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Coleção Kacu Martel, vol.10. Bissau, INEP, 1996, p.013-39.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** coordenada pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HUNTIGTON, Samuel (1994) **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

JAO, Mamadú. Os poderes tradicionais. In: KOUDAWO, Falai e MENDY, Peter Michael Karibe (orgs). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, pp. 121-133.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau. **Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Série Ciências Sociais, nº 14, 2001 (Coleção Kacu Martel).

_____. Sociedade Civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Falai e MENDY, Peter Michael Karibe (orgs). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, pp. 67-120.

_____. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Falali e MENDY, Peter Michael Karibe (orgs). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p.13-65.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. Desmistificando o Oriente Médio. In: **O Oriente Médio Desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie**. Curitiba: Editora CRV, 2011, pp. 279-285.

MELO, Vico Dênis Sousa de. **A teoria tem rosto e lugar: a cooperação Brasil – Moçambique na área de saúde e o descentramento da agenda teórica em Relações Internacionais**. Coimbra, 2016.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classes na África**. 1ª Edição. 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.